



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL
GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE

REQUERIMENTO N.º , DE 2025
(Dep. Talíria Petrone e Dep. Tarcísio Motta)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para debater a garantia de direitos e as condições de trabalho enfrentadas pelos entregadores de aplicativo no Brasil.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, e 32, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para debater a garantia de direitos e as condições de trabalho enfrentadas pelos entregadores de aplicativo no Brasil.

A mesa será composta por:

- Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do



Ministério do Trabalho e Emprego

- Representante do Ministério Público do Trabalho
- Representante do Comando Nacional dos Breques
- Representante da Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativo
- Representante da ONG Ação da Cidadania
- Representante do Movimento Trabalhadores Sem Direitos (MTSD)
- Representante do Ifood Brasil

JUSTIFICAÇÃO

A plataformização do trabalho é um dos fenômenos mais marcantes do capitalismo contemporâneo. No Brasil, ela tem se consolidado com base na informalidade, na ausência de proteção social e na exploração de uma força de trabalho jovem, negra, periférica e majoritariamente masculina, que sustenta parte essencial da dinâmica urbana — a entrega de alimentos e mercadorias.

Os entregadores por aplicativo exercem um trabalho fundamental para a vida cotidiana nas cidades. São eles que, enfrentando o sol escaldante, a chuva intensa, o trânsito caótico e a violência urbana, garantem a circulação de bens e o funcionamento dos centros urbanos. No entanto, o reconhecimento social e jurídico desse trabalho segue sendo negado pelas empresas e pelo Estado.

Segundo a pesquisa *Entregas da Fome* (Ação da Cidadania, 2025), mais de 13% dos entregadores vivem em situação de fome moderada ou grave, e 32% em insegurança alimentar. Essa é a face mais cruel das contradições do mundo do trabalho: aqueles que entregam comida muitas vezes não têm o que comer. Além disso, 90% não têm acesso a plano de saúde ou seguro de vida, apenas 27,8% contribuem para a Previdência Social e mais de 40% já sofreram acidentes de trabalho, muitos deles graves.

Esses trabalhadores arcam com todos os custos da atividade — combustível, manutenção de veículos, celular, internet — enquanto as plataformas acumulam lucros bilionários. Trata-se de um modelo baseado na terceirização radical do risco e na negação



de qualquer responsabilidade por parte das empresas sobre os direitos sociais e trabalhistas daqueles que, na prática, lhes prestam serviços de forma contínua e subordinada. A chamada “autonomia” não passa de uma ficção jurídica que mascara relações de exploração e dependência.

Frente a isso, é papel do Parlamento brasileiro abrir espaço para escuta, visibilização e formulação de alternativas que fortaleçam os direitos desses trabalhadores. A realização de uma audiência pública nesta Comissão é um passo fundamental para promover um debate qualificado sobre os impactos da plataformização, a urgência de marcos regulatórios que garantam direitos trabalhistas, previdenciários e alimentares, e a valorização de uma categoria estratégica para a economia e para a vida nas cidades.

É preciso construir um outro modelo, que reconheça os entregadores como sujeitos de direitos, que garanta acesso à seguridade social, jornada digna, condições de saúde e segurança, e que imponha responsabilidades às empresas que hoje operam no limiar da legalidade. A luta por direitos para os trabalhadores de aplicativo é parte da luta mais ampla pela justiça social, pelo trabalho digno e pela democracia.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante iniciativa.

Talíria Petrone

Deputada Federal - PSOL

Tarcísio Motta

Deputada Federal - PSOL





Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Tarcísio Motta (PSOL/RJ)

